Por que o Brasil tem indicadores tão ruins em Educação?

Por Cláudio Mendonça Schiphorst

O Brasil possui baixos indicadores educacionais em comparação com países que possuem desenvolvimento social ou renda média da população similar ao nosso. As razões são muitas, mas gostaria de tocar em alguns pontos que dificilmente vejo enfocado nas revistas e jornais. O primeiro deles se refere à cultura das “condições mínimas”. Quando se questiona o baixo rendimento dos alunos de uma escola a resposta costuma ser um rol de problemas de infraestrutura, salários baixos com efeito desmotivador e alunos sem apoio das famílias que estariam se exonerando da tarefa de educar, estabelecer limites e atitudes. Não há dúvida quanto a legitimidade dessas questões. No entanto, elas não podem se transformar em escudo para transferir toda a responsabilidade aos tais fatores externos. Certa vez, ouvi uma professora se posicionar contra o programa de recuperação de estudos da escola. Como trabalho neste setor há mais de vinte anos e nunca tinha ouvido uma fala digamos, tão franca contra o reforço escolar, fui buscar as razões dela. A explicação me deixou estarrecido. Ela afirmou que se tivesse um salário melhor os alunos teriam aprendido mais e não necessitariam do programa.

Mal comparando, imaginei um médico de hospital público dizendo a um paciente que se o

salário dele fosse melhor aumentariam as chances de sair com vida da operação. Se essas justificativas fossem totalmente válidas e eximissem a totalidade da responsabilidade não teríamos tantos casos onde escolas com problemas estruturais semelhantes e alunos de mesma origem social, apresentando resultados tão diferentes. Inclusive os gráficos de desempenho do IDEB não oscilam de acordo com as variáveis aqui apresentadas.

Creio que se há um consenso sobre a educação no Brasil é que o professor precisa ganhar mais. Todavia, para que essa remuneração trazer impacto na educação é necessário atingir o ponto de corte do ENEM. Explico melhor: se um estudante, por exemplo, precisa ter a nota máxima em redação para ser médico, um pouco menos do que isso para fazer engenharia, a pontuação para as carreiras do magistérios são substancialmente menores. Isso implica que ou temos professores dentre pessoas extremamente vocacionadas ou as que escolheram por falta de opção. As crianças da classe média são, na prática, desencorajadas pelos seus pais a optarem por essa carreira. Esse quadro produz a demanda nacional por um enorme esforço em investir numa maior qualificação do magistério. Sintoma disso é que os concursos em grande maioria abandonaram as provas de redação: o número de aprovados acabava sendo inferior ao número de vagas.

Finalmente temos a questão política. As escolas públicas costumam virar reféns de dois grupos: os agentes políticos ou a corporação. Onde há indicação política do diretor e até de professores, o vereador ou o deputado vira dono da escola. Lembro que em 2004 quando assumi a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, vinham listas de contratações em papel timbrado da ALERJ. Nesse caso, o roteiro é mais ou menos assim: muitas contratações desnecessárias, servidores em disponibilidade do legislativo, desvios de função e má utilização da verba escolar descentralizada, além do favorecimento na oferta de vagas. Os famosos bilhetes ou cartões de visita garantindo o acesso privilegiado à sala de aula. Quem não tem padrinho entra na fila. A Educação ganha relevo nos projetos de Poder do Legislativo pelo fato de acumular muitos recursos e atingir um número expressivo de pessoas. Os órgãos de controle externo como os Tribunais de Contas e o Ministério Público ainda parecem perceber muito pouco o aspecto nefasto dessa simbiose entre poderes. A hipotética solução brasileira, que encontra pouquíssimos precedentes em outras nações do planeta é a da eleição de diretores. E ai essa tão desejada autonomia da escola se converte frequentemente em soberania.

O diretor eleito dificilmente consegue impor normas administrativas de eficiência ou mesmo de funcionamento que vai desde a assiduidade ao engajamento profissional de seus funcionários-eleitores de quem este depende para manter-se no cargo. O STF julgou a legislação que institui a matéria inconstitucional, mas nada impede que governadores e prefeitos adotem os sistema. Neste caso, a escola fica aprisionada pela corporação e seria ingenuidade achar que há convergência integral entre interesses de professores e de alunos,

assim como não há de haver entre médicos e pacientes. Muitas similitudes, sem dúvida, mas nunca uma identidade de propósitos. Neste sentido, verificamos que a crítica a determinadas medidas de governo como o controle de pessoal vem mascaradas em outros discursos por um legislativo insatisfeito em seus apetites da mesma forma que o sindicato demanda eleições para diretores para ter livre trânsito e mesmo domínio em certas unidades. As greves se multiplicam e os alunos ficam sem aula. Existem diferentes possibilidades, como a carreira de diretor de escola feita por concurso público ou mesmo a seleção impessoal por critério de mérito. Não há espaço aqui para aprofundar a discussão ou propor soluções, o objetivo deste texto é tão somente apontar alguns aspectos acerca dos rumos da educação nacional que, como disse, costumam ficar de fora da pauta, já tão tradicionalmente focada em uniforme, obras, merenda, transporte e tantas questões que acabam por nos tirar a atenção da prioridade que deve superar todas as demais: A aprendizagem.

fonte: http://www.jornalpublicoalvo.com.br/por-que-o-brasil-tem-indicadores-tao-ruins-em-educacao/